

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PRÓ-REITORIA DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE SÃO LUIZ GONZAGA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE DIREITO**

JULIANA FERREIRA SCHUQUEL

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: SUAS CONQUISTAS E SEUS DESAFIOS A
PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988**

**SÃO LUIZ GONZAGA-RS
2020**

JULIANA FERREIRA SCHUQUEL

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: SUAS CONQUISTAS E SEUS DESAFIOS A
PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988**

**Monografia apresentada como
requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharela em Direito, Departamento de
Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Regional Integrada do
Alto Uruguai e das Missões – Câmpus
de São Luiz Gonzaga.**

**Orientadora: Prof^a. Ma. Cristiane Menna
Barreto Azambuja**

SÃO LUIZ GONZAGA-RS

2020

JULIANA FERREIRA SCHUQUEL

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: SUAS CONQUISTAS E SEUS DESAFIOS A
PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DE 1988**

**Monografia apresentada como
requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharela em Direito, Departamento de
Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Regional Integrada do
Alto Uruguai e das Missões – Câmpus
de São Luiz Gonzaga.**

**São Luiz Gonzaga, ____ de _____ de
2020.**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Ma. Cristiane Menna Barreto Azambuja
URI – São Luiz Gonzaga

Prof. Nome do professor avaliador
Instituição a que pertence

Prof. Nome do professor avaliador
Instituição a que pertence

RESUMO

Este trabalho versa sobre as políticas públicas de saúde, suas conquistas e seus desafios, a partir da Constituição de 1988. O principal objetivo da pesquisa é trazer conhecimentos relacionados à efetivação dos programas de acesso à saúde da população, bem como a participação desta, além de abranger aspectos relacionados aos obstáculos enfrentados para se chegar a um êxito nesse quesito. De início, fez-se a abordagem no que tange às políticas públicas de saúde, em um viés de garantia assegurada pela Constituição Federal de 1988, dando ênfase aos direitos fundamentais amparados. Na sequência, foi realizado um breve levantamento de algumas políticas públicas que estão em vigor, desde a Constituição de 1988. Ainda, foi feito um exame acerca das políticas públicas como forma de efetivação dos direitos fundamentais assegurados. Ademais, explanou-se sobre os desafios e impactos que são encontrados para a efetivação das políticas públicas de saúde, principalmente por parte do Estado, no que se refere a recursos e estruturas adequadas para desenvolvimento desses programas sociais. Também foi observada a participação da comunidade, como forma de efetivação dos direitos relacionados à saúde, assim analisando aspectos de até que ponto as pessoas estão indo em busca de seus direitos e fiscalizando o que de fato o Estado está transferindo para a saúde da população. Na realização do presente trabalho foi utilizado o método de abordagem indutivo. O método de procedimento, por sua vez, foi o histórico, acompanhado do comparativo e do funcionalista. No tocante aos tipos de pesquisa, foi, quanto aos fins, exploratório e quanto aos meios, bibliográfico. Por fim, concluiu-se que a busca pela igualdade de condições diante da efetivação das políticas públicas de saúde advém da participação da comunidade como fiscalizadora desses privilégios inerentes a toda e qualquer pessoa que necessitar dos serviços ofertados pelo Estado.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Saúde. Constituição. Efetivação. Estado.

ABSTRACT

This work deals with public health policies, their achievements and challenges, starting with the 1988 Constitution. The main objective of the research is to bring knowledge related to the effectiveness of the population's access to health programs, as well as their participation, in addition to to cover aspects related to the obstacles faced in order to achieve success in this regard. At first, the approach was taken with regard to public health policies, in a guarantee bias ensured by the Federal Constitution of 1988, emphasizing the fundamental rights protected. In the sequence, a brief survey of some public policies that have been in force since the 1988 Constitution was carried out. In addition, an examination of public policies was carried out as a way of implementing the fundamental rights ensured. In addition, it explained the challenges and impacts that are encountered for the implementation of public health policies, mainly by the State, with regard to resources and adequate structures for the development of these social programs. Community participation was also observed, as a way of enforcing health-related rights, thus analyzing aspects of the extent to which people are pursuing their rights and monitoring what the State is actually transferring to the health of the population. In carrying out the present work, the inductive approach method was used. The procedure method, in turn, was historical, accompanied by comparative and functionalist. With regard to the types of research, it was, in terms of ends, exploratory and in terms of means, bibliographic. Finally, it was concluded that the search for equality of conditions in the face of the implementation of public health policies comes from the participation of the community as an inspector of these privileges inherent to each and every person who needs the services offered by the State.

Keywords: Public Policies. Health. Constitution. Effectiveness. State.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art – artigo

INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

PNAB - Política Nacional de Atenção Básica

PNAISM - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher

PNAIH - Política Nacional de Atenção à Saúde Integral do Homem

PNAU- Política Nacional de Atenção às Urgências

PNH - Política Nacional de Humanização

PNHOSP- Política Nacional de Atenção Hospitalar

PNPS - Política Nacional de Promoção à Saúde

PNSPI - Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa

RUE - Rede de Urgência e Emergência

SAMU- Serviço de Atendimento Médico de Urgência

SBPS - Sistema Brasileiro de Proteção Social

SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE, UMA GARANTIA ASSEGURADA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	12
2.1 Breve análise de algumas políticas públicas em vigor, desde a Constituição Federal de 1988.....	12
2.2 Aspectos mais relevantes no que tange ao Sistema Único de Saúde (SUS).....	21
3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ASSEGURADOS.....	27
3.1 Desafios e impactos encontrados para a efetivação das políticas públicas de saúde.....	27
3.2 A participação da comunidade, como forma de efetivação dos direitos relacionados à saúde.....	34
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	45

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Erika Rodrigues de, et al. Política Nacional de Atenção Básica no Brasil: uma análise do processo de revisão (2015–2017). **Revista Panam Salud Publica**. Rio de Janeiro. 42. p. 1-8, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/rpsp/2018.v42/e180>> Acesso em: 14 set 2020.
- AITH, Fernando Mussa Abujamra. Efetivação do direito à saúde em seus múltiplos caminhos: Novas institucionalidades para a solução de conflitos em saúde. In: BUCCI, Maria Paula, DUARTE, Clarice. (Coord.). **Judicialização da Saúde: A visão do Poder Executivo**. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 116-133.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. 3 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização**. 1 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
- BARATA, Luiz Roberto Barradas; TANAKA, Oswaldo Yoshimi; MENDES, José Dínio Vaz. Por um processo de descentralização que consolide os princípios do Sistema Único de Saúde. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. São Paulo, v. 13, n. 1, jan-mar 2004. Disponível em: <<http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v13n1/v13n1a03.pdf>> Acesso em 14 set 2020.
- BARBOSA, Guilherme Correa et al. **Política Nacional de Humanização e formação dos profissionais de saúde: revisão integrativa**. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 66, n. 1, p. 123-7, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/140731>>. Acesso em 14 set 2020.
- CAMPOS, Gastão Wagner; BARROS, Regina Benevides de; CASTRO, Adriana Miranda de. Avaliação de política nacional de promoção da saúde. **Ciência & saúde coletiva**. Rio de Janeiro. v. 9. n. 1, s/p, jul-set 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000300025> Acesso em 14 set 2020.
- CARDOSO, Daniela Habekost et al. Cuidados paliativos na assistência hospitalar: a vivência de uma equipe multiprofissional. **Texto & Contexto – Enfermagem**. Florianópolis. v. 22. n. 4, p. 1134-1141, out-dez 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/tce/v22n4/32.pdf>> Acesso em: 14 set 2020.
- CANELA JUNIOR, Osvaldo. **Controle Judicial de Políticas Públicas**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- FABRETTI, Fernanda Massad De Aguiar. A judicialização da saúde suplementar. In:

BUCCI, Maria Paula, DUARTE, Clarice. (Coord.). **Judicialização da Saúde: A visão do Poder Executivo**. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 421-424.

FERNANDES, Maria Teresinha de Oliveira; SOARES, Sônia Maria. O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. São Paulo. v. 46. n. 6, p. 1494-1502, 2012. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v46n6/29.pdf>> Acesso em: 14 set 2020.

FRAZÃO, Carlos Eduardo Frazão; SILVA, Raphael Carvalho da. Judicialização de políticas públicas: os desafios técnicos e jurídicos na justiciabilidade dos direitos sociais. In: MENDES, Gilmar; PAIVA, Paulo. (Orgs). **Políticas Públicas no Brasil: Uma abordagem inconstitucional**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 99-110.

FLEURY; Sonia; OUVÉNEY, Assis. O sistema único de saúde brasileiro: Desafios da gestão em rede. **Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão**. Lisboa. v. 11, n. 2-3, p. 74-83, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpbg/v11n2-3/v11n2-3a07.pdf>> Acesso em: 14 set 2020.

FLEURY; Sonia; OUVÉNEY, Assis. Política de saúde: uma política social. In: Giovanella Lígia et al. **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, p. 23-64.

FREITAS, Giselle Lima de et al. Discutindo a política de atenção à saúde da mulher no contexto da promoção da saúde. **Revista Eletrônica de Enfermagem**. v. 11, p. 424-428, 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fen/article/view/47053/23082>> Acesso em 14 set 2020.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Revista Saúde e Sociedade**. v.13, n.2, p.20-31, maio-ago 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03.pdf>> Acesso em 14 set 2020.

GROSS, Alexandre Felix. Atuação do STF na efetivação do direito à saúde no Brasil – Perspectivas da judicialização entre escassez e políticas públicas. **Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, v. 24, n. 3, mar. 2012. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/16033825.pdf>> Acesso em 14 set 2020.

LEAL, Andréa; FIGUEIREDO, Wagner; SILVA; Geórgia. O percurso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Homens (PNAISH), desde a sua formulação até sua implementação nos serviços públicos locais de atenção à saúde, **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, p. 2607-2616, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v17n10/10.pdf>> Acesso em 14 set 2020.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Políticas Públicas no Estado Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2013.

LOPES, Mário. **Políticas de Saúde Pública: Interação dos atores sociais**. 2 ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

LUCCHESI, Patrícia. **Informadores para Tomadas de Decisões: Políticas Públicas em Saúde**. São Paulo: BIREME/OPAS/OMS, 2002.

MACHADO, Cristiani; SALVADOR, Fernanda; O'DWYERI, Gisele. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência: análise da política brasileira. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 45, n. 3, jun. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rsp/v45n3/2335.pdf>> Acesso em 14 set 2020.

MALTA, Deborah Carvalho, et al. A Política Nacional de Promoção da Saúde e a agenda da atividade física no contexto do SUS. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. Brasília, v. 18, p. 79-86, jan-mar, 2009. Disponível em: <<http://scielo.iec.gov.br/pdf/ess/v18n1/v18n1a08.pdf>> Acesso em 14 set 2020.

MARTINS, Alberto Mesaque; MALAMUT, Bernardo Salles. Análise do discurso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.22, n.2, p.429-440, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v22n2/v22n2a14.pdf>> Acesso em 14 set 2020.

MARTINS, Josiane de Jesus et. al. Políticas públicas de atenção à saúde do idoso: reflexão acerca da capacitação dos profissionais da saúde para o cuidado com o idoso. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro. v. 10. n. 3, set-dez 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbgg/v10n3/1981-2256-rbgg-10-03-0371.pdf>> Acesso em 14 set 2020.

MEDICI, André Cezar. A saúde no século XXI: Limites constitucionais e possibilidades de reforma. In: MENDES, Gilmar; PAIVA, Paulo. (Orgs). **Políticas Públicas no Brasil: Uma abordagem inconstitucional**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 203-227.

MELO, Daniela Tranches de. **Movimentos Sociais e Institucionalização de Políticas Públicas de Saúde no Brasil: A experiência do movimento sanitário e do Sistema Único de Saúde**. 1 ed. Rio de Janeiro: mauad x FAPERJ, 2015.

MELO, Eduardo Alves et. al. Mudanças na Política Nacional de Atenção Básica: entre retrocessos e desafios. **Revista Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v. 42, número especial 1, p. 38-51, set. 2018. Disponível em: <<http://revista.saudeemdebate.org.br/sed/issue/view/15/v.%2042%2C%20n.%20especial%201>> Acesso em: 14 set 2020.

MENDES, Eugênio Vilaça. 25 anos do Sistema Único de Saúde: resultados e desafios. **Estudos Avançados**. São Paulo. v. 27. n. 78, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v27n78/03.pdf>> Acesso em: 14 set 2020.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade: Estudos de Direito Constitucional**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Estado de Direito e Jurisdição Constitucional**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 32 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MOROSINI, Marcia Valéria; FONSECA, Angélica; LIMA, Luciana. Política Nacional de Atenção Básica 2017: Retrocessos e riscos para o Sistema Único de Saúde. **Revista Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 11-24, jan-mar. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42n116/0103-1104-sdeb-42-116-0011.pdf>> Acesso em: 14 set 2020.

NORAL, Carlise Rigon Dalla; JUNGES, José Roque. Política de humanização na atenção básica: revisão sistemática. **Revista Saúde Pública**. Brasília. v. 47. n. 6, p. 1186-1200 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rsp/v47n6/0034-8910-rsp-47-06-01186.pdf>> Acesso em: 14 set 2020.

O'DWYER, Gisele et. al. O processo de implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência no Brasil: estratégias de ação e dimensões estruturais. **Caderno de Saúde Pública**. v. 33. n. 7, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csp/v33n7/1678-4464-csp-33-07-e00043716.pdf>> Acesso em: 14 set 2020.

O'DWYER, Gisele. A gestão da atenção às urgências e o protagonismo federal. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. v. 15. n. 5, p. 2395-2404, jan-ago 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v15n5/v15n5a14.pdf>> Acesso em: 14 set 2020.

PAIM, Jairnilson Silva. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. v. 23. n. 6, p. 1723-1728, jan-jun 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v23n6/1413-8123-csc-23-06-1723.pdf>> Acesso em: 14 set 2020.

PAIVA, Fernando Santana de; STRALEN, Cornelis Johannes Van; COSTA, Pedro Henrique Antunes da. Participação social e saúde no Brasil: revisão sistemática sobre o tema. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. v. 19. n. 2, p. 487-498, jan-fev 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v19n2/1413-8123-csc-19-02-00487.pdf>> Acesso em: 14 set 2020.

RODRIGUES, Rosalina Aparecida Partezani, et al. Política Nacional de Atenção ao Idoso a Contribuição da Enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis. v. 16. n. 3, p. 536-545, jul-set 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/tce/v16n3/a21v16n3.pdf>> Acesso em: 14 set 2020.

RODRIGUES, Solange Rebeca. **Judicialização**: Possível caminho À efetivação do direito à saúde no Brasil?, 2012. Disponível em: <http://www.esmp.sp.gov.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/article/viewFile/47/34> Acesso em: 14 set 2020.

ROLIM, Leonardo Barbosa; CRUZ, de Sá Barreto Luna Callou; SAMPAIO, Jimena Araújo de Jesus. Participação popular e o controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa. **Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, p. 139-147, jan./mar. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n96/16.pdf>> Acesso em: 14 set 2020.

SANTOS, Cibelle Cristina da Silva; BASTOS, Raquel Littério de. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**. v. 24. n. 3, p. 266-273, jul-set 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/dir/Downloads/2081-6730-1-PB.pdf> Acesso em: 14 set 2020.

SANTOS-FILHO; Serafim. Perspectivas da avaliação na Política Nacional de Humanização em Saúde: aspectos conceituais e metodológicos. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 999- 1010, jul-ago 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v12n4/18.pdf>> Acesso em: 14 set 2020.

SANTOS, Thadeu Borges Souza; PINTO, Isabela Cardoso de Matos. Política Nacional de Atenção Hospitalar: con(di)vergências entre normas, Conferências e estratégias do Executivo Federal. **Revista Saúde Debate**. Rio De Janeiro, V. 41, n. especial 3, p. 99-113, set 2017. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v41nspe3/0103-1104-sdeb-41-spe3-0099.pdf>>. Acesso em 14 set 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da (Pessoa) Humana e Direitos Fundamentais na Constituição de 1988**. 10 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

SEPARAVICH, Marco Antonio; CANESQUI, Ana Maria. Saúde do homem e masculinidades na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: uma revisão bibliográfica. **Saúde e Sociedade**. v.22, n.2, p.415-428, 2013. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v22n2/v22n2a13.pdf>>. Acesso em 14 set 2020.

SILVA, Frederico Barbosa da; JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. **Políticas sociais no Brasil: Participação Social, Conselhos e Parcerias**, 2005.

SOARES, Stefânia Santos; LIMA, Luciana Dias; CASTRO, Ana Luisa Barros de. O papel da atenção básica no atendimento às urgências: um olhar sobre as políticas. **Journal of Management & Primary Health Care**. v. 5. n. 2. p. 170-177, jul 2014. Disponível em: <<https://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/213/216>> Acesso em: 14 jul 2020.

SOLHA, Raphaela Karla de Toledo. **Sistema Único de Saúde: Componentes, Diretrizes, e Políticas Públicas**. 1.ed. São Paulo: Érica, 2014.

SOUZA, Renilson Rehem de. **O Sistema Público De Saúde Brasileiro**. Seminário Internacional Tendências e Desafios dos Sistemas de Saúde nas Américas: São Paulo, 11 a 14 de agosto de 2002.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

URBANO, Hugo Evo Magro Corrêa. Notas sobre a efetivação do direito fundamental à saúde. In: RODRIGUES, Anna Maria de Lucena(Diretora). **Revista De Informação**

Legislativa. Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 1964. p. 179-190.